

Na trama das experiências educativas e formativas emancipatórias: o risco do bordado da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão Popular em Escolas de Educação Básica

Tiago Zanquêta de Souza¹, Gercina Santana Novais²

Resumo

Este texto apresenta narrativas refletivas sobre a criação e implementação da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica (RECEPE), em tempos de pandemia de Covid-19. Ele revela sinais das tramas de experiências educativas, formativas e coletivas dos encontros com profissionais da Rede de Educação Básica e de outros espaços formativos no movimento permanente de construção e desenvolvimento da referida Rede, no âmbito do município de Uberlândia-MG. Assim, em termos estruturais, o texto está organizado em três seções: a primeira retoma as narrativas de profissionais da educação básica cooperados da RECEPE, bem como o contexto de produção dessas narrativas, acompanhado das evidências da potencialidade da escuta interessada. A segunda traz as experiências anteriores à criação da RECEPE, e a terceira apresenta narrativas refletivas sobre ela. Por último, é preciso considerar que o trabalho no âmbito da RECEPE é colaborativo-solidário, que prima pela perspectiva de pesquisa militante, de extensão popular e ensino problematizador, pautando a elaboração e implementação de projetos interventivos de ensino, pesquisa e extensão que estejam em diálogo com os pressupostos da Educação Popular, em defesa de uma educação transformadora.

Palavras-chave

Processos educativos. Educação Popular. Projetos de intervenção.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; professor da Universidade de Uberaba; segundo líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação na Diversidade para a Cidadania (GEPEDiCi/PPGE/Uniuibe-Uberaba); líder do Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP/PPGEB/UNIUBE-Uberlândia); membro do Grupo de Pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE/PPGE/UFSCar); vice coordenador geral da Rede de pesquisadores sobre professores(as) da Região Centro-Oeste (REDECENTRO); fundador e coordenador da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica (RECEPE). E-mail: tiago.zanqueta@uniube.br.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora da Universidade de Uberaba, Minas Gerais, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP); membra da Rede de Pesquisadores Sobre Professores(as) da Região Centro-Oeste (REDECENTRO); fundadora e coordenadora da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em escolas de Educação Básica (RECEPE). E-mail: gercina.novais@uniube.br.

In the frame of educational and educational educational experiences: the risk of embroidery in the Cooperative Network for Teaching, Research and Popular Extension in Basic Education Schools

Tiago Zanquêta de Souza³, Gercina Santana Novais⁴

Abstract

This text presents reflective narratives about the creation and implementation of the Cooperative Network of Teaching, Research and Extension in Basic Education Schools (REBES), in times of the Covid-19 pandemic. It reveals signs of the plots of collective educational and training experiences and meetings with professionals from the Basic Education Network and other training spaces in the permanent movement of construction and development of the aforementioned Network, within the municipality of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil. Thus, in structural terms, the text is organized into three sections: the first takes up the narratives of basic education professionals who are members of REBES, as well as the context of production of these narratives, accompanied by evidence of the potential for interested listening. The second brings the experiences prior to the creation of REBES and the third presents reflective narratives about it. Finally, it is necessary to consider that the work within the scope of REBES is collaborative-solidarity, which emphasizes the perspective of militant research, popular extension and problematizing teaching, guiding the elaboration and implementation of interventional teaching, research and extension projects that are in dialogue with the assumptions of Popular Education, in defense of a transforming education.

Keywords

Educational processes. Popular Education. Intervention projects.

³ PhD in Education, Federal University of São Carlos, State of São Paulo, Brazil; professor at the University of Uberaba, State of Minas Gerais, Brazil; second leader of the Study and Research Group on Education in Diversity for Citizenship (GEPEDiCi/PPGE/Uniube-Uberaba); leader of the Research Group on Teacher Training, Right to Learn and Pedagogical Practices (FORDAPP/PPGEB/UNIUBE-Uberlândia); member of the Research Group on Social Practices and Educational Processes (PSPE/PPGE/UFSCar); vice general coordinator of the Network of Researchers on Teachers of the Central-West Region (REDECENTRO); founder and coordinator of the Cooperative Network for Teaching, Research and Extension in Basic Education Schools (RECEPE). E-mail: tiago.zanqueta@uniube.br.

⁴ PhD in Education, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the University of Uberaba, State of Minas Gerais, Brazil; leader of the Research Group Teacher Training, Right to Learn and Pedagogical Practices (FORDAPP); member of the Network of Researchers on Teachers of the Central-West Region (REDECENTRO); founder and coordinator of the Cooperative Network for Teaching, Research and Extension in Basic Education Schools (RECEPE). E-mail: gercina.novais@uniube.br.

Introdução

A escrita deste texto ocorre em tempos pandêmicos, marcados pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pela necessidade de enfrentamento aos projetos de educação em contextos escolares e não-escolares, que acentuam a exclusão social de pessoas oriundas das classes populares.

Esses projetos, elaborados sem escuta e participação democrática das comunidades educacionais, são pacotes criados a partir de demandas e interesses dos que ocupam o espaço do Estado, recheados de prescrições para os/as profissionais que atuam no cotidiano das instituições de educação básica. Dessa forma, fomentam a materialização das políticas públicas de regulação e centralização dos currículos escolares ao impor o projeto de educação dominante, conforme mostram Souza e Novais (2021).

As prescrições contemplam, a título de ilustração, a alfabetização restrita em Língua Portuguesa e Matemática. Há retrocessos no tempo e espaço dedicados às ciências e às artes. Além disso, a testagem ganha centralidade no Projeto Pedagógico, tornando-se o procedimento avaliativo prioritário. Os/as educadores/as são transformados/as em aplicadores/as de atividades elaboradas por grupos de fora das instituições educacionais e de dentro do universo do mercado. O discurso recorrente e amplamente divulgado pela mídia conservadora feito pelos membros ou representantes das classes dominantes é o de que a educação e os/as professores/as precisam ser influenciados pela prática de uma nova pedagogia. Tal cenário, para Souza e Novais (2021), é denunciado como uma colonialidade na educação.

Nas ações de educação para a submissão, a questão social dos/as alunos/as é invisibilizada, questão essa expressa na fome, na ausência de condições de se frequentar a escola e na redução da saúde mental, observada, por exemplo, pelo aumento de casos de depressão, automutilação e crises de ansiedade. Tudo isso ocorre nestes tempos pandêmicos marcados pela ausência de um Estado comprometido com a dignidade humana, com a elaboração e com a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais e humanos.

Diante tal constatação, está a motivação para a criação e implementação da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica (RECEPE), vinculada ao Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas

Pedagógicas (FORDAPP/CNPq)⁵, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação: formação docente para a Educação Básica, da Universidade de Uberaba (Uniube). Ainda em 2020, no auge da pandemia, as primeiras ações começaram a ser gestadas e implementadas, quando houve a oferta da disciplina Projetos de Intervenção na Educação Básica, de caráter eletivo, oferecida no âmbito do Programa supracitado. A referida rede, desde então, tem se dedicado à elaboração e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão calcados nos pressupostos teóricos da Educação Popular, articulando-os por meio da indissociabilidade que entendemos como inerentes à função social da Universidade e à sua relação com a Educação Básica.

Nessa perspectiva, este texto apresenta narrativas refletidas sobre a criação e implementação da RECEPE, em tempos pandêmicos. Também mostra sinais das tramas de experiências educativas, formativas e coletivas, além dos encontros com profissionais da Rede de Educação Básica e de outros espaços formativos no movimento permanente de construção e desenvolvimento da referida Rede. Para tanto, além dessa introdução, em termos estruturais, este texto está dividido em três seções e as considerações finais: a primeira retoma as narrativas de profissionais da Educação Básica, o contexto de produção dessas narrativas e as evidências da potencialidade da escuta interessada, enquanto a segunda retoma experiências anteriores à criação da RECEPE e a terceira, por sua vez, apresenta narrativas refletivas sobre ela.

Nas tramas das experiências educativas e formativas: a potencialidade da escuta interessada

As narrativas de profissionais da educação⁶ revelaram aspectos da realidade observada em escolas públicas mencionadas anteriormente, especialmente nas situadas em espaços dos municípios brasileiros, como o município de Uberlândia-MG, cuja maioria dos/as moradores/as é constituída por pessoas pobres. A título de ilustração, expomos fragmentos dessas narrativas:

⁵ No âmbito da RECEPE, está sendo desenvolvido o projeto de pesquisa “Educação na Diversidade para a Cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não-escolares”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

⁶ Essas narrativas compõem registros dos diálogos estabelecidos com profissionais da rede pública de educação básica de Uberlândia/MG, conforme protocolo aprovado pelo CEP/Uniube, com CAAE 34856720.6.0000.5145, vinculadas ao projeto de pesquisa supracitado.

São muitas crianças que estão passando fome. Tentamos ajudar. Pedimos aos colegas contribuições para comprar cestas básicas. Mas, com o aumento das famílias passando fome e falta de aumento ou atualização dos salários dos profissionais da educação, muitos têm dito que não têm condições de continuar ajudando na aquisição de cestas básicas. (Profissional da educação 1, 2022)

Hoje, uma criança pediu para não contar para o pai que tinha se alimentado na escola, pois, se soubesse, não deixaria ela se alimentarem sua casa. O alimento escasso ficaria para os filhos que não tinham possibilidade de se alimentar na escola. (Profissional da educação 2, 2022)

Recebemos dois livros, de Português e Matemática, para serem utilizados do 1º ao 5º ano, vinculados ao Programa Pacto pela Alfabetização e testes de fluência de leitura para aplicar, do 1º ao 5º ano, para toda a rede pública municipal de ensino. Recebemos, também, livros iguais de literatura para alunos do 1º ao 5º ano, de caligrafia e caligrafia avançada (4º e 5 anos). O foco da formação continuada é na aplicação dessas atividades e nos preenchimentos dos formulários (Profissional da educação 3, 2022)

Os/as alunos/as pobres ficaram por dois anos sem acesso à educação escolar, devido à pandemia do Coronavírus e fechamento das escolas em função da necessidade de isolamento social para conter a contaminação. A promoção de ano para outro deveu-se à entrega do Planos de Estudos Tutorados –PET, disponibilizados para os/as alunos no período de março a outubro de 2020. Alunos que não tiveram a chance de alfabetizar-se, por exemplo, estão matriculados em ano escolar como o 5º ano, mas não sabem ler, escrever e não contam com uma política pública expressa em um projeto pedagógico complementar. (Profissional da educação 4, 2022).

O currículo exigido é o mesmo antes da pandemia do Coronavirus [...]. Aumentou muito a violência na escola, pois o isolamento social dificultou as relações de convivência no espaço escolar. (Profissional da Educação 5, 2022).

Essa realidade desprovida de direitos tem demandado um esforço coletivo de denunciar os efeitos do projeto de educação dominante e, ao mesmo tempo, revisitar e anunciar diferentes experiências de educação emancipatória, conforme Souza e Novais (2021). Essas, por sua vez, estão vinculadas ao campo da educação popular, atravessadas pela relação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando desvelar os riscos dos bordados dessas experiências e fomentar redes cooperativas de enfrentamento e construção coletiva de outro projeto de educação. Porém, reconhecendo que

não podemos falar da “educação popular” como um processo único, homogêneo ou uniforme; é sempre melhor falar de processos de educação popular, que correspondem a momentos particulares, a contextos particulares e a desafios particulares, e são promovidos por protagonistas específicos que têm sua história, seu ambiente, suas motivações, suas condições e suas disposições. [...] educação popular, compreendida historicamente, não é

apenas um método, nem responde ao uso de certas técnicas, mas consiste em processos baseados em um paradigma filosófico emancipatório que tem características epistemológicas, éticas, políticas e componentes pedagógicos. (HOLLIDAY, 2022, p. 19-20).

Duas das contribuições de Paulo Freire que nos ajudam nesse processo de analisar criticamente e intervir na realidade educacional com os profissionais da educação dizem respeito à tomada de decisão em não configurar a intervenção em intromissão e à compreensão de que

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática de liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando educador. (FREIRE, 2005, p. 45)

Essas contribuições, associadas à reflexão sobre experiências de pesquisa engajada, extensão popular e entendimento da importância de fomentar a organização dos/as educadores/as em redes abertas, fomentaram o desejo de construir a RECEPE com os/as profissionais da Educação Básica. Tais contribuições têm o objetivo de promover a comunicação entre as pessoas, as relações formativas e educativas sem hierarquização, pautadas na solidariedade e, a partir da realidade concreta de estudantes e profissionais da Educação Básica, de suas necessidades e demandas formativas.

Dessa forma, a RECEPE tem origem nas demandas por produção de conhecimento e proposições de ações formativas e educativas em contextos escolares e não-escolares, com os/as educadores/as que atuam no cotidiano desses contextos. Essas demandas exigem a elaboração e o desenvolvimento de projetos de formação com os/as profissionais da educação, adotando, como eixo estruturante, a realidade concreta do ensino e da aprendizagem, as experiências dos profissionais da educação e o ensino com pesquisa e/ou extensão popular no cotidiano das escolas de Educação Básica. Nesse processo formativo e educativo, não é suficiente escutar as demandas para compor os temas dos projetos de extensão, ensino e/ou de pesquisa. Isso porque a opção é escolher o que, como, quando, a favor de quem, com quem e por que fazer e pensar sobre o feito juntos/as, dialogando com elaborações produzidas em diferentes lugares e por diferentes sujeitos, comunicando-se com diferentes pontos da RECEPE e valorizando os saberes produzidos nesses pontos.

As demandas formativas são ancoradas no reconhecimento da urgência de compreender e modificar a realidade educacional de parcela significativa da população brasileira, a qual o direito à educação tem sido negado. Também são sustentadas, ainda, pela necessidade de cooperação entre as instituições de Educação Básica dos municípios de Uberlândia-MG, Uberaba-MG e a Uniube, orientadas pela não-hierarquização de pessoas e saberes e pelo reconhecimento da importância de tecer redes de pesquisa, ensino e extensão, com vistas a construir, coletivamente, a qualidade social da Educação Básica. Essa necessidade foi potencializada porque, em tempos de pandemia, como já mencionado, ocorreu o aprofundamento das desigualdades sociais e da desescolarização das classes populares face ao fortalecimento do projeto de educação dominante, que não é para todos/as.

Em decorrência da pandemia de Sars-Cov-II (COVID-19) e, por conseguinte, da necessidade de isolamento social para impedir o avanço da contaminação, as escolas foram fechadas e o ensino remoto autorizado. Mas a maioria dos/as alunos/as das Redes Públicas de Ensino não têm e não tiveram acesso à rede de *internet*, de maneira a garantir a participação nas aulas remotas. Conforme argumenta a Rede de Pesquisa Solidária,

A combinação entre desigualdades pré-existentes e ausência de uma política de educação coordenada ao longo da pandemia pode ser observada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Covid, de julho de 2020. A pesquisa perguntou se a escola disponibilizou atividades escolares durante a pandemia. Quase um quarto dos estudantes não teve qualquer atividade, um total de 8,3 milhões de crianças. Entre as famílias mais pobres, o percentual chegou a 30%. A tendência é semelhante entre as faixas etárias, mas a diferença entre os mais pobres e os mais ricos supera os 20 pontos percentuais para os dois grupos mais velhos. (11 a 14 e 15 a 17 anos).⁷

Além disso, é fundamental reconhecer que os/as alunos/as das classes populares que tiveram acesso às atividades escolares também enfrentaram e enfrentam dificuldades relativas à ausência de mediadores/as do ensino e da aprendizagem. Os/as responsáveis por esses/as alunos/as não podem deixar de realizar trabalhos que geram recursos financeiros, ainda que insuficientes para garantir a sobrevivência, para acompanhar e orientar a realização de atividades prescritas pelas escolas. Tampouco, uma parcela significativa desses responsáveis possui licenciaturas, qualificação exigida para exercer a função de docente nas escolas. Dessa forma,

⁷ Boletim número 22 da Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/inexistencia-de-politicas-educacionais-deixa-milhares-de-estudantes-sem-aula-no-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2022.

A transferência da realização de atividades escolares para dentro dos domicílios tornou o papel da família ainda mais relevante. Diante da redução do papel mediador dos professores, as desigualdades nas características dos pais (nível de formação, posse de recursos que facilitem o aprendizado, tempo disponível para o cuidado dos filhos etc.) traduzem-se mais diretamente em desigualdade no engajamento e no aprendizado dos filhos.⁸

É urgente reconhecer que esse processo impulsionou experiências educativas enraizadoras e desenraizadoras. Essas últimas são marcadas pela exclusão e negação da vida, de modo a se colocar, no centro das reflexões sobre educação, durante e pós-pandemia, a necessidade de formação em Rede colaborativa, estabelecida por meio da relação entre universidades e redes públicas de ensino básico para diagnosticar, analisar, compreender e intervir com os/as profissionais da Educação Básica nas diferentes situações de exclusão escolar, no interior do sistema de ensino e fora dele. Esse processo vincula-se, também, à intenção de criar oportunidades de inserção social de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica - Mestrado Profissional, além de diálogos com a rede de Educação Básica, favorecendo a formação ampliada desses/as estudantes por meio da extensão popular com pesquisa engajada. Esse movimento formativo, sustentado pelo diálogo entre universidade e comunidade externa, também provoca a necessidade de mudanças nos currículos em desenvolvimento nas universidades.

A RECEPE: um processo em permanente construção

Tendo em vista o exposto, criamos, nós, docentes da Uniube, juntamente com os/as educadores/as que atuam nas Redes Públicas de Ensino Básico ou em outros contextos educativos, a RECEPE, ligada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica e ao Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP), ambos vinculados à Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Uniube. São objetivos da Rede:

- a) Fortalecer a relação da Uniube com as Redes Públicas de Educação Básica.
- b) Criar espaços de diálogo, reflexão, divulgação de experiências e cooperação, com foco na transformação da realidade da Educação Básica, a partir das narrativas de

⁸ Boletim número 22 da Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/inexistencia-de-politicas-educacionais-deixa-milhares-de-estudantes-sem-aula-no-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2022.

educadores/as que atuam em espaços escolares e não-escolares, entrelaçando ensino, pesquisa e extensão.

- c) Instigar diálogos e interligar grupos ou sujeitos compromissados com educação emancipatória e humanizadora.
- d) Desenvolver, com os/as educadores/as, estudos e intervenção no cotidiano escolar, a partir das demandas e necessidades formativas desses/as educadores/as e dos/as estudantes, na perspectiva da formação continuada.
- e) Criar espaços de participação de egressos do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica em atividades desse, com vistas a continuar o diálogo sobre o impacto do Mestrado profissional no exercício profissional desses egressos.
- f) Criar, com os/as educadores/as, materiais de apoio às ações educativas.
- g) Elaborar e publicar, com os/as educadores/as, comunicados dos resultados dos projetos de ensino, pesquisa e extensão em diferentes meios.
- h) Criar uma biblioteca digital com as narrativas de experiências educativas e formativas, enviadas por educadores/as.
- i) Criar comunidades de investigação e comunicação de conhecimentos dentro das unidades escolares.
- j) Utilizar tecnologias de informação e comunicação para/na construção e desenvolvimento da Rede.

Preocupado com o contexto da educação brasileira, Paulo Freire (2008) declara a urgência da democratização da escola pública e da formação permanente de seus educadores/as, além de uma formação permanentemente científica, frisando as práticas democráticas. Essa preocupação continua tendo pertinência na atualidade, como exposto na introdução deste texto, e exigindo um conjunto de elaborações teóricas e metodológicas, com vistas a ancorar o processo de produção, análise e intervenção na realidade escolar.

Nessa direção, os pressupostos teórico-metodológicos da Rede estão ancorados na Educação Popular, entrelaçando formulações sobre ensino que fomentam a educação emancipatória descrita em Freire (1981; 1996; 2005; 2008) e Brandão (1985; 2009), orientam a pesquisa participante (BRANDÃO, 1981) e potencializam a extensão popular, como citam Freire (1977), Cruz, (2011; 2013; 2017) e Souza (2019).

Por conseguinte, a decisão é por desenvolver uma formação continuada e orientada por princípios e diretrizes; unicidade entre teoria e prática; acolhimento das demandas e

necessidades formativas dos/as profissionais da educação e dos/as estudantes da Educação Básica; indissociabilidade entre ensino, pesquisa engajada e extensão popular; valorização e reflexão sobre as experiências e conhecimentos dos/as profissionais da Educação Básica e humanização dos processos formativos.

Na tessitura da Rede, cumpre papel importante as formulações de Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 29)

Mas, ao assumir essa perspectiva teórica e metodológica, recusamos um tipo de extensão caracterizada por subordinação de um saber a outro e nos aproximamos de um conceito de relação entre universidade e sociedade como ato de comunicação. Como ensina Freire, “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1977, p. 67). Trata-se, portanto, de ancorar-se nas formulações de extensão popular.

Souza (2019, p. 246) afirma que

A própria universidade dá origem ao conhecimento pluriversitário, especialmente quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros), a partir de sua entrada nos espaços acadêmicos, passam a exigir um nível de responsabilidade social mais coerente com a realidade e, por isso mesmo, mais elevado. Por isso, a pluralidade de pessoas e das culturas, bem como a pluriversidade das ciências e suas várias dimensões do conhecimento, colocam a universidade em um constante desafio, que é o de desenvolver epistemologias e práticas conversitárias, ou seja, de conversidade, e não mais de universidade.

Por conhecimento conversitário, Souza (2019) entende como aquele que se constitui mediante o reconhecimento mútuo entre as diferentes pessoas que, dado seu contexto socio-histórico-cultural, colocam-se em relação intensa e crítica a partir do enfrentamento dos desafios emergentes do lugar em que estão enraizadas, por meio de relações entre subjetividades, culturas, histórias, ecologias, e permitindo, assim, que as pessoas se eduquem em convivência, mediatizadas pelo mundo. Nessa perspectiva, a extensão pensada por meio da RECEPE vai potencializar a mediação sociocultural, que permitirá a realização de projetos e processos de inclusão de diferentes pessoas e contextos de produção de saberes,

entendendo-as como colaboradoras na construção de iniciativas avançadas de educação e de elaboração de conhecimento científico, assim como propõe Souza (2019). Dessa forma,

A perspectiva conversitária, permite-nos compreender que todas as pessoas são autoras e produtoras de conhecimento científico e protagonistas da transformação social. Desse modo, o mundo, como objeto de conhecimento e de ação social, deixa de ser entendido e compreendido como algo estático e unidimensional, passando a ser percebido como a trama dinâmica e complexa de relações entre as diferentes pessoas, contextos e práticas sociais, com as quais interagem dialeticamente. (SOUZA, 2019, p. 246).

Por conseguinte, a pesquisa assume uma base teórica e metodológica que argumenta a favor da investigação com os/as profissionais da Rede e não apenas para a Rede, inspirada na pesquisa-ação colaborativa.

Para alcançar os propósitos estabelecidos, a Rede adota uma metodologia de trabalho sustentada na construção de relações de cooperação entre os/as participantes, com vistas a favorecer a criação de um ambiente democrático de construção coletiva de conhecimento acerca da educação, ancorado em pesquisa, ensino e extensão. Nessa perspectiva, contempla 5 etapas articuladas:

1. Sensibilização de profissionais da Educação Básica para participação na Rede, por meio de Rodas de Conversa sobre processos formativos associados às questões do cotidiano escolar, como sugere Novais e Novais (2009).
2. Elaboração e aprovação de Acordos de Cooperação entre as redes públicas de Educação Básica e a Uniube.
3. Criação de um *website* com a finalidade de apresentar a Rede, comunicar experiências dos/as profissionais da educação, permitir a solicitação de participação e socialização de informações sobre a Rede e dialogar com educadores que atuam em contextos escolares e não-escolares.
4. Criação e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão com os profissionais cooperados da rede, cujo lócus de execução serão as instituições escolares de Educação Básica cooperadas. Essa etapa é feita a partir do levantamento das demandas formativas, desenvolvida com os/as profissionais da Educação Básica que integram a referida Rede e feita com a participação de alunos/as da graduação e pós-graduação *stricto sensu* da Uniube.

5. Criação de comunidades de estudos e intervenção transformadora nas instituições escolares de Educação Básica cooperadas para, a partir do levantamento e problematização das demandas formativas, elaborar e desenvolver cursos, oficinas e Rodas de Conversa com os/as profissionais da Educação Básica, em dois níveis: a) formação de formadores/as; b) participação nas comunidades de estudos e intervenção transformadora nas instituições escolares de Educação Básica fomentadas pelos/as formadores/as, sem deixar de lado a publicação dos resultados de execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como dos estudos e intervenções junto às instituições escolares de Educação Básica cooperadas.

A Gestão das ações da Rede é orientada por princípios da Gestão Democrática e contará com a criação e implementação de um Conselho de caráter consultivo e deliberativo, formado por participantes/pesquisadores/as do FORDAPP e por profissionais que integram as Redes Públicas de Educação Básica. Ademais, são estabelecidos Acordos de Cooperação entre as instituições ou Redes de ensino de Educação Básica e a Uniube, viabilizando a oportunidade de participação de qualquer profissional da educação vinculado às instituições ou redes de ensino cooperadas, além da possibilidade de adesão individual por meio da solicitação do/a profissional e aceitação da coordenação da Rede.

A RECEPE em movimento

O risco do bordado, feito a várias mãos, inaugurou a possibilidade de materializar ações de ensino, pesquisa e extensão com caráter indissociável e fez fortalecer a relação entre a Educação Básica e a RECEPE, no âmbito da Uniube. Isso se deu por meio da participação de profissionais da Educação vinculados/as a este contexto, especialmente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Médio e Fundamental I e II.

Em ambiente online, iniciamos o diálogo com profissionais cooperados/as, apresentando e refletindo sobre a criação da referida Rede. Em seguida, recebemos um convite para tomarmos café e continuarmos dialogando em uma das escolas cooperadas, o que nos permitiria conhecer a escola e a maioria dos/as profissionais que ali exercia o ofício de ensinar. Caminhamos por ela, tomamos café e dialogamos sobre a proposta pedagógica em andamento e sobre quem são os/as alunos/as ali matriculados. Conhecemos a horta, as salas de aula, o pátio, os livros utilizados, a quadra, os profissionais (professoras, pedagogas,

diretor, cantineiras e profissionais que cuidavam da limpeza da escola) e alunos/as. Depois, escutamos e iniciamos o processo de problematização das demandas formativas.

Nesse momento, já tínhamos criado a página da *Web* da referida Rede, disponibilizamos o link⁹ e incentivamos a visitação e adesão de novos membros. Combinamos que cada unidade escolar continuaria o diálogo com os membros de sua comunidade para levantamento das necessidades e demandas formativas. Nesse processo, foram evidenciados indícios da presença de sofrimento e dificuldades na convivência, afetando a qualidade de vida dos/as estudantes e profissionais da educação. Essas percepções, combinadas com a demanda de instalar o Comitê de Ética nas unidades escolares, levou-nos à discussão sobre ética do cuidado, orientada por questões como: qual é o conceito de ética do cuidado? Quais as suas implicações para as práticas pedagógicas? Como estruturar o projeto pedagógico da ética a partir dela? Essa reflexão fomentou, sobre tal assunto, a formação dos/as formadores/as e o desenvolvimento de ações formativas por eles/as em outros pontos da RECEPE, situados nas escolas de Educação Básica e na Uniube/Programa de Mestrado Profissional em Educação - Formação Docente para a Educação Básica.

Mobilizados/as pela demanda emergente das instituições escolares cooperadas à RECEPE, no dia 19 de agosto de 2022, entre 14h30min. e 17h, realizou-se um encontro técnico-pedagógico envolvendo diretoras/es e coordenadores/as pedagógicos/as, com a possibilidade de estreitar a cooperação e fortalecer a criação das comunidades formativas nas Unidades Escolares. No encontro, foi realizada a apresentação da RECEPE, seus objetivos e sua organização, seguida da primeira ação formativa vinculada ao estudo e à discussão acerca da “ética do cuidado”, calcada nos pressupostos de Leonardo Boff (1999).

Esta reunião usou a “roda de conversa” como estratégia metodológica, assim como propõem Souza e Vasconcelos (2021, p. 77), de modo a primar pela postura dialógica, conforme também indicam o autor e a autora mencionados/as.

Nos grupos de estudo e pesquisa, as rodas têm ganhado um contorno bastante interessante: as organizamos por meio do aquecimento, ou seja, uma atividade que suscita e prepara para o exercício do diálogo reflexivo, crítico e propositivo. Na sequência, passamos à problematização do tema em circulação na roda, momento em que todos e todas podem dizer a sua palavra, apresentar a sua compreensão à luz dos referenciais teóricos estudados, sem perder de vista o sentido e o significado que o tema abordado tem na sua prática de vida e de pesquisa. Por último, passamos ao encerramento e à avaliação da roda, como forma de, também, anunciar possibilidades para as rodas vindouras.

⁹ Disponível em: <https://www.projettoredecooperativa.com/>.

É importante revelarmos que iniciamos o diálogo do referido encontro tomando café com prosa e, em seguida, perguntamos para os/as participantes se, no diálogo estabelecido com os/as participantes, é possível identificar práticas de cuidado com o/a outro/a, e se o escutado auxiliava na reflexão sobre as vivências ocorridas no cotidiano escolar e nas possibilidades de intervenções transformadoras. Essa ação educativa e formativa propiciou narrativas e trocas sobre os/as alunos/as, as dificuldades nos processos de ensinar e aprender e as práticas pedagógicas, bem como fomentou uma interconexão entre pontos da Rede.

Assumindo a dinâmica de trabalho, conforme mencionamos, foram indicados, também, temas formativos que poderão ser alvo de ação interventivo-formativo-colaborativa por meio da RECEPE, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Temas formativos que emergiram da reunião técnico-pedagógica da RECEPE

Temas para formação	
1.	Vivências e experiências da Educação Infantil: brincadeiras de roda
2.	Expressão corporal: o trabalho da Educação Física
3.	Comitê de Ética nas escolas estaduais
4.	Como a palavra “rede” se encaixa na nossa conversa?

Fonte: Os autores (2022).

Os temas apresentados, seguidos de problematizações, conforme o procedimento metodológico de trabalho anteriormente anunciado, serão alvo de debate e discussão em reuniões técnico-pedagógicas futuras. Todavia, a ideia de “rede” problematizada pelo grupo é aquela que passa pela compreensão de “abertura, colaboração, partilha e cooperação”, palavras essas que foram associadas e refletidas como tema de formação no âmbito da RECEPE. Assim, entendemos que esta ideia nos remete à compreensão de rede, que é

em primeiro lugar, um espaço de aprendizagem solidária, muito necessário na academia. Quebra competitividades acerbadas e favorece a qualificação das produções pelos múltiplos olhares sobre os objetos do conhecimento. Favorece a diminuição das hierarquias sem perder a possibilidade do reconhecimento da contribuição de cada participante na medida da sua expertise. Fortalece a compreensão do objeto de estudo de forma mais ampla e na sua maior complexidade, uma vez que conta com energias múltiplas a se debruçar sobre o campo de estudo. Ensina a partilha e o respeito com a

opinião do outro. Exercita a paciência com a diferença e a solidariedade coletiva. (MAGALHÃES, 2022, p. 7-8)¹⁰.

Cabe destacarmos, também, que as ações formativas aqui apresentadas que se dão no âmbito da RECEPE e que foram alvo da reunião técnico-pedagógica se dão conforme o que denominamos de pesquisa militante, pois entendemos que

A transformação da realidade implica, então, que as ações sejam estruturadas, pensadas, gestadas e realizadas com as pessoas que integram a comunidade em que o/a pesquisador/a se insere, de modo que a produção das técnicas de pesquisa esteja, da mesma forma, alinhada aos interesses e às condições desta mesma comunidade. Neste caso, as rodas de conversa, os círculos de cultura, entre tantas diferentes práticas dialógicas, se mostram como possibilidades de dinamizar o momento histórico. (SOUZA; VASCONCELOS, 2021, p. 74).

Assim, entendemos que é impossível dissociar as atividades formativas que, comunitariamente, são pensadas pela RECEPE, pela pesquisa, e, por consequência, pela sua articulação com o ensino e a extensão popular, pois

a aproximação como prática metodológica, junto com/às comunidades, não pode ser utilizada ou manipulada por pesquisadores/as que não sejam militantes, uma vez que apenas militantemente somos capazes de estabelecer a crítica necessária à nossa própria prática, assegurando-nos da validade de nossos intentos, com as pessoas envolvidas e profundamente imersos/as na região e circunstâncias sociais em que nos encontramos. (SOUZA; VASCONCELOS, 2021, p. 73).

Nesse sentido, a prática da RECEPE, como a entendemos, é militante, compreendendo a militância como aquela capaz de imprimir “organicidade e dinamicidade na aproximação com as pessoas. Nisso reside, também, sua utilidade e a utilidade da pesquisa empreendida junto às comunidades populares a que se insere” (SOUZA; VASCONCELOS, 2021, p. 73).

Considerações provisórias

Apresentada neste texto, a narrativa refletiva da experiência de criação e implementação da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em escolas de Educação Básica – RECEPE vinculada à urgência de construir, coletivamente, outros projetos de

¹⁰ Trata-se de entrevista realizada pela professora Solange Martins Oliveira Magalhães à professora Maria Isabel da Cunha, ao dossiê intitulado: Diálogos sobre a Pesquisa Colaborativa e em Rede: “o desafio de construir uma caminhada coletiva”. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/64650/33331>. Acesso em 18 set. 2022.

educação em oposição ao projeto dominante, revelou o risco do bordado da rede, o que nos permitiu aproximar criticamente da experiência em desenvolvimento e perceber a necessidade de continuar enfrentando questionamentos sobre as dificuldades para desenvolver ensino, pesquisa e extensão com o/a outro/as.

Destacam-se, também, nesse processo de tentar afastar para olhar e pensar a experiência da Rede, as revelações sobre os sujeitos pesquisadores/as que, ao adotarem a base teórica e metodológica exposta no decorrer do texto, foram confrontados/as com a presença de teorias e práticas já consolidadas, mas que nem sempre foram percebidas no decorrer da experiência narrada, acirrando contradições. Entretanto, no processo de elaboração deste texto, essas teorias e práticas foram evidenciadas, provocando reflexões sobre como continuar a construção coletiva da RECEPE, a importância da decisão de partir da realidade concreta dos sujeitos e a necessidade de buscar a produção e a comunicação de conhecimentos sobre as realidades associadas ao autoconhecimento.

Por fim, parece-nos importante destacarmos que, nesse processo, não abdicamos de fomentar o protagonismo de cada participante da referida Rede, além de fomentar a criação das comunidades de investigação e comunicação de conhecimentos nas escolas de Educação Básica cooperadas.

Referências

- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRANDÃO, C. R. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009. Doi: 10.1590/S0100-15742009000300003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Ffs6C5NZSw7hMkkhbFm6Pbc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: situando a extensão universitária orientada pela educação popular. In: CRUZ, P. J. S. C. *et al.* **Extensão popular: caminhos em construção**. João Pessoa: CCTA, 2017.
- CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da Universidade. In: CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação popular na universidade**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.
- HOLLIDAY, O. J. Paradigma e métodos de produção de conhecimento na educação popular freireana: a contribuição da sistematização de experiências. In: SCHÖNARDIE, P. A.; ULRICH, C. B.; ANDRIOLI, L. Â. (org.). **Educação popular**: epistemologias, diálogos e saberes. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, p. 18-29, 2022.
- MAGALHÃES, S. M. O. Entrevista - Maria Isabel da Cunha: Diálogos sobre a Pesquisa Colaborativa e em Rede: “o desafio de construir uma caminhada coletiva”. **Ensino Em Revista**, Uberlândia, v. 29, p. e001, 2022. Doi: 10.14393/ER-v29a2022-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/64650>. Acesso em: 10 set. 2022.
- NOVAIS, G. S.; NOVAIS, E. S **As rodas de conversa**, Uberlândia, 6 f. Mimeo, 2009.
- SOUZA, T. Z. de. A extensão popular e a produção do conhecimento conversatório. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 237-256, abr./jun., 2019. Doi: 10.18764/2178-2229.v26n2p237-256 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11895>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SOUZA, T. Z. de; NOVAIS, G. S. N. Colonialismo e colonialidade na educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 31, p. 527-550, jan./abr. 2021. Doi: 10.28998/2175-6600.2021v13n31p527-550. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/10544>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SOUZA, T. Z. de; VASCONCELOS, V. O. de. Educação popular e extensão popular: militância, práxis e experiência. In: SOUZA, T. Z. de; NOVAIS, G. S. (org.). **Universidade e educação básica**: ensino, pesquisa e extensão em defesa de uma educação transformadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 63-85.